

Qual é o crime?

Olavo de Carvalho

Num momento em que os narcoguerrilheiros das Farc invadem nossas escolas para ensinar sua doutrina genocida às crianças brasileiras; num momento em que uma entidade envolvida em propaganda de guerrilhas ensaia o seu poder de ação estratégica, bloqueando simultaneamente quase todas as estradas do País – nesse momento, jornalistas e procuradores se juntam numa operação destinada a criminalizar e abortar as investigações que o Exército empreende em torno de atividades ilegais do MST e das ONGs esquerdistas.

Se isso não é um ato de desinformação revolucionária, no melhor estilo KGB, então é pelo menos uma ajuda substancial oferecida, com prodigiosa inconsciência e leviandade, ao plano de Fidel Castro de “reconquistar na América Latina o que foi perdido no Leste Europeu”.

Entorpecida por 40 anos de “revolução cultural”, que sem encontrar a mínima resistência fez gato e sapato da sua capacidade de raciocínio, a opinião pública parece aceitar pelo valor nominal as denúncias contra a investigação, sem nem mesmo se perguntar se o crime investigado não é um milhão de vezes mais grave do que meras palavras, por ofensivas que sejam, encontradas num relatório do investigador.

Ao protestar contra o uso da expressão “força adversa”, o ministro do Superior Tribunal Militar (STM), Flávio Bierrenbach, um homem que deveu sua carreira política ao apoio esquerdistas, mostra não considerar que a propaganda ou a preparação de guerrilhas sejam coisa adversa ao regime democrático.

Se o Exército consentir em “dar explicações”, em vez de acusar os que amarram a mão das forças legais para dar caminho livre à agressão comunista, então estará

instaurada neste país, da noite para o dia, num passe de mágica, uma nova ordem legal, na qual a pregação das guerrilhas será feita sob a proteção do Estado, e opor-se a ela será crime. Adormecemos nos braços de uma democracia em decomposição, despertaremos entre as garras de uma nascente ditadura comunista.

Pergunto-me se o jornal que, de parceria com os procuradores, criou essa situação kafkiana não está consciente de que, com isso, foi muito além da mera difamação jornalística das Forças Armadas e se tornou um instrumento da mutação revolucionária do regime. Pergunto-me, e respondo: ele não pode estar inconsciente do que faz, pois, na sua edição de 7 de julho de 1993, ele

Que ninguém tenha dúvidas: o escândalo armado em torno dos documentos de Marabá pode ser apenas o primeiro capítulo

próprio noticiou, em tons alarmantes, a infiltração de agentes da esquerda na Polícia Federal e no Ministério da Justiça. Que pretexto terá agora para ignorar que se acumpliciou com essas mesmas pessoas para fazer o que temia que elas fizessem?

Em vez de parar suas investigações, intimidado pela mídia, o Exército deve é aprofundá-las. Deve é investigar quem são esses procuradores que, num inquérito feito “sob segredo de justiça”, convidam jornalistas a violar o segredo. Qual a ligação dessa gente com a CUT, o PT, o MST? O serviço de espionagem do próprio MST não colaborou na operação? Ou é lícito ao MST espionar o Exército, mas não a este espionar o

MST? E aqueles jornalistas, por sua vez, não são colaboradores, militantes ou “companheiros de viagem” das mesmas entidades acusadas nos relatórios do Exército? Em suma: sob a aparência de um mero escândalo jornalístico, o que estamos vendo não será um golpe mortal destinado a neutralizar de antemão qualquer possibilidade de resistência nacional anticomunista?

Ou será proibido fazer essas perguntas? O simples fato de enunciá-las bastará para fazer de mim uma “força adversa”? Estaremos já no novo Brasil anunciado por Fidel Castro, no qual será crime opor-se à ação comunista?

Duas reações promissoras sugerem que não. O corajoso pronunciamento do comandante do Exército no Dia do Soldado mostra que a força terrestre não está disposta a fazer-se cúmplice da trama urdida contra ela. E a decisão da Justiça, que determinou a devolução ao Exército da documentação apreendida em Marabá, mostra que o Poder Judiciário também não quer ser instrumento da sua própria destruição.

Mas – que ninguém tenha dúvidas – o escândalo armado em torno dos documentos de Marabá pode ser apenas um primeiro capítulo. Afinal, foi através da indústria do escândalo que Adolf Hitler pôs de joelhos as Forças Armadas alemãs e transferiu para o seu partido o controle dos serviços de inteligência. E, se existe um traço que define inconfundivelmente a mentalidade dos movimentos revolucionários de todos os matizes, é sua capacidade de tentar outra vez.

Olavo de Carvalho é autor de “O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras”
<http://www.olavodecarvalho.org>
 e-mail: lumen@openlink.com.br

INSTITUTO
 DOCUMENTAÇÃO
 30/8/2001
 17
 24